



ADVOCEF

EM REVISTA



Volta vitoriosa

Advogados da CAIXA fazem o balanço do movimento histórico

Processo virtual e morosidade real
Alexandre Vidigal de Oliveira

Considerações acerca dos embargos de terceiro
Kátia Aparecida Mangone



Juristantum
.....ADVOCEF

Uma parte do todo

Finalmente, e após quase dois meses de uma luta inédita, os advogados podem dizer que uma boa batalha foi ganha.

Ganharam os profissionais da CAIXA, unidos de modo incontestado em torno de suas Associações e sob a organização das entidades sindicais de base e das confederações a elas vinculadas.

Este número da ADVOCEF EM REVISTA, em alentada matéria, ouviu com atenção e trouxe em linguagem jornalística as opiniões de alguns dos muitos participantes de um movimento inesquecível.

Advogados, engenheiros e arquitetos que integraram um coeso grupo de pessoas firmes em seus propósitos conferem às próximas páginas um caleidoscópio de manifestações sobre os fatos que vivenciaram.

Dos dirigentes das entidades trazemos revelações pessoais e coletivas, mostras de coragem e também de angústia pelos desdobramentos impossíveis de prever.

Revelando algumas frustrações por erros cometidos e regozijo pelos inegáveis avanços alcançados, uma certeza transparece unânime entre os testemunhos recolhidos: a certeza de que a luta não foi em vão.

E mais ainda: a assertiva de que a guerra produziu menos vítimas e mais heróis trouxe mais coragem e menos incertezas, na condução dos muitos novos passos a serem ainda dados no rumo das nossas pretensões.

A categoria demonstrou, por muitos modos e através das cen-

tenas de protagonistas direta e concretamente envolvidos no movimento, do quanto é capaz.

A ADVOCEF, juntamente com a ANEAC, foi mais uma vez competente para quebrar os paradigmas e afrouxar as amarras que historicamente impediam o avanço de seus representados como categorias fortes e capazes de se movimentarem no intrincado mundo sindical. Contaram com o inestimável estímulo, apoio e participação dos sindicatos de bancários, das confederações, das entidades de classe e de uma infinidade de pessoas, algumas visíveis e outras tantas trabalhando de forma incansável e anônima.

Todos mostraram o quanto somos capazes de construir com nossas forças e com nossa união, em torno de desejos claros e bem construídos.

Uma corajosa e memorável página da nossa própria história, contada por diversos autores e com muitos matizes, todos dependentes entre si e de cujo somatório eclodiu um movimento novo, forte e nunca antes visto.

Escrevemos esta página juntos e juntos ainda o faremos daqui para a frente, pois quem busca o que deseja, confia no que é capaz, só pode conhecer um resultado: vitórias e felicidade por nunca ter deixado de acreditar em si mesmo.

Esta edição e os relatos aqui transcritos merecem ficar na memória de seus protagonistas, como prova incontestável de que unidos somos fortes.

Diretoria Executiva da ADVOCEF



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA 2008-2010

Presidente: Davi Duarte (Porto Alegre)

Vice-Presidente: Bruno Vicente Becker Vanuzzi (Porto Alegre)

1º Secretário: Ricardo Gonzalez Tavares (Porto Alegre)

2º Secretário: José Carlos Pinotti Filho (Londrina)

1º Tesoureiro: Fernando da Silva Abs da Cruz (Novo Hamburgo)

2º Tesoureiro: Mariano Moreira Júnior (Florianópolis)

Diretor de Articulação e Relacionamento Institucional:

Carlos Alberto Regueira de Castro Silva (Recife)

articulacao@advocéf.org.br

Diretor de Comunicação:

Roberto Maia (Porto Alegre)

comunicacao@advocéf.org.br

Diretor de Honorários:

Gryecos Attom Valente Loureiro (Volta Redonda)

honorarios@advocéf.org.br

Diretor de Negociação:

Anna Cláudia de Vasconcelos (Florianópolis)

negociacao@advocéf.org.br

Diretor de Prerrogativas:

Júlio Vitor Greve (Brasília)

prerrogativas@advocéf.org.br

REPRESENTANTES REGIONAIS

Elisia Sousa Xavier (Brasília) | Júlio Vitor Greve (Brasília) | Laert Nascimento Araujo (Aracaju) | Patrick Ruiz Lima (Belém) | Helena Discini Silveira (Belo Horizonte) | Juliana Varella Barca de Miranda Porto (Brasília) | Henrique Chagas (Presidente Prudente) | Eber Saraiva de Souza (Cuiabá) | Alfredo de Souza Briltes (Campo Grande) | Carlos Henrique Bernardes Castello Chiossi (Campinas) | Jayme de Azevedo Lima (Curitiba) | Edson Maciel Monteiro (Florianópolis) | Adonias Melo de Cordeiro (Fortaleza) | Ivan Sérgio Vaz Porto (Goiania) | Leopoldo Viana Batista Junior (João Pessoa) | Dioclécio Cavalcante de Melo Neto (Maceió) | Alcefredo Pereira de Souza (Manaus) | Carlos Roberto de Araujo (Natal) | Marcelo Quevedo do Amaral (Porto Alegre) | Melissa dos Santos Pinheiro (Porto Velho) | Pedro Jorge Santana Pereira (Recife) | Márcio Miranda de Souza (Rio de Janeiro) | Jair Oliveira Figueiredo Mendes (Salvador) | Enio Leite Alves da Silva (São Luís) | Roland Gomes Pinheiro da Silva (São Paulo) | Renato Cavalcante de Farias (Teresina) | Angelo Ricardo Alves da Rocha (Vitória) | Renato Luiz Ottoni Guedes (Cascavel) | Rodrigo Trezza Borges (Juiz de Fora) | Altair Rodrigues de Paula (Londrina) | José Irajá de Almeida (Maringá) | Clarissa Pires da Costa (Novo Hamburgo) | Daniel Burkle Ward (Niterói) | Luis Gustavo Franco (Passo Fundo) | Sandro Endrigo de Azevedo Chiaroti (Ribeirão Preto) | Flávia Elisabete de Oliveira Fidalgo Souza Karrer (São José dos Campos) | Fábio Radin (Santa Maria) | Antonio Carlos Origa Junior (São José do Rio Preto) | Luciola Pereira Vasconcelos (Uberlândia) | Aldir Gomes Selles (Volta Redonda).

CONSELHO DELIBERATIVO

Membros efetivos: Patrícia Raquel Caires Jost Guadanhim (Londrina), Marcelo Dutra Victor (Belo Horizonte), Renato Luiz Harmi Hino (Curitiba), Laert Nascimento Araujo (Aracaju) e Henrique Chagas (Presidente Prudente).

Membros suplentes: Arcinélcio de Azevedo Caldas (Campos dos Goytacazes), Daniele Cristina Alaniz Macedo (São Paulo) e Maria Eliza Nogueira da Silva (Brasília).

CONSELHO FISCAL

Membros efetivos: Rogério Rubim de Miranda Magalhães (Belo Horizonte), Alfredo Ambrósio Neto (Goiania) e Liana Cunha Mousinho Coelho (Belém).

Membros suplentes: Fábio Romero de Souza Rangel (João Pessoa) e Sandro Cordeiro Lopes (Rio de Janeiro).

Endereço em Brasília/DF:

SBS, Quadra 2, Lote 1, BL S, Sala 1205 | Edifício Empire Center
CEP 70070-904 | Fone (61) 3224-3020
E-mail: brasilia@advocéf.org.br | Auxiliar administrativo: Priscila Christiane da Silva.

Endereço em Porto Alegre/RS:

Rua Siqueira Campos, 940 / 201 | Centro | CEP 90010-000
Fones (51) 3286-5366 e (51) 3221-7936

Auxiliares administrativos: Elisabeth Maria Vazquez Elmo (Administrativo), Lisandra de Andrade Pereira (Financeiro) e Rafael Martins Dias (Secretaria).

www.advocéf.org.br – Discagem gratuita 0800.647.8899



Conselho Editorial: Davi Duarte, Bruno Vanuzzi, Carlos Alberto R. de Castro Silva, Roberto Maia, Gryecos Attom V. Loureiro, Anna Cláudia de Vasconcelos e Júlio Vitor Greve | **Jornalista responsável:** Mário Goulart Duarte (Reg. Prof. 4662) - E-mail: mggoulart@uol.com.br | **Projeto gráfico:** Eduardo Furasté | **Editoração eletrônica:** José Roberto Vazquez Elmo | **Capa e contracapa:** Eduardo Furasté | **Ilustrações:** Ronaldo Selistre | **Tiragem:** 1.100 exemplares | **Impressão:** Gráfica Pallotti | **Periodicidade:** Mensal.
A ADVOCEF em Revista é distribuída aos advogados da CAIXA, a entidades associativas e a instituições de ensino e jurídicas.

Unida e poderosa

Na greve, a categoria dos advogados conheceu a própria força

Há ao menos duas unanimidades constatadas nas opiniões dos advogados ouvidos sobre o resultado da negociação entre a CAIXA e os profissionais. Primeira: ao fim dos 50 dias de greve, o acordo entre a Empresa e os trabalhadores não contemplou o principal objetivo, que era a reestruturação da carreira profissional. Segunda: no movimento, a categoria olhou para si mesma e, surpreendida, viu que era mais forte do que imaginava. "O bom foi tomarmos conhecimento de nossa força e união", declarou a advogada Flávia Karrer, da REJUR São José dos Campos.

Alfredo de Souza Briltes, do JURIR/Campo Grande, explica que o resultado foi proveitoso justamente por demonstrar a força da categoria quando se une. Apesar de não terem conquistado tudo o que queriam, para ele ficou claro que estão preparados para novas reivindicações. "Creio que o dogma de que advogados não fazem greve está definitivamente afastado."

A vitória está especialmente no rompimento das amarras que impediam os advogados de reivindicar, reafirma Dione Lima da Silva, do JURIR/Porto Alegre. Os advogados venceram o medo da greve e dos prazos judiciais, diz ele. "Agimos com ousadia ao enfrentar os equívocos da direção da CAIXA e forjamos, com maestria, a mais



Manifestação em frente ao prédio da CAIXA, em Brasília, em abril de 2009

longa greve na história dos profissionais de nossa Empresa, da qual muito me orgulho de ter participado."

O resultado não atendeu à expectativa geral, concluiu o ex-presidente da ADVOCEF, Altair Rodrigues de Paula, mas registra que foi uma demonstração de união da categoria e de grande adesão ao movimento, por um longo período.

De acordo com Adonias Melo de Cordeiro, do JURIR/Fortaleza, se não se fez cumprir a cláusula 47ª, fundamento da greve, o reajuste do salário serviu como paliativo, aceito pelo Comando Nacional no contexto das negociações. "Entretanto, o au-

mento salarial, desacompanhado de uma nova carreira, sejamos justos, não foi insignificante para uma boa parte da categoria."

Para João Amilcar Valle About, do JURIR/Brasília, "o bom foi fazermos contato, nos conhecermos e unirmos e, decerto, não termos saído de mãos vazias, ao final, com aumentos salariais". O ruim foi não terem chegado à meta prevista, permanecendo os salários baixos para a dedicação exclusiva que, na prática, é exigida. "Na avaliação geral, valeu a pena", conclui.

Acertos prevaleceram

"Podemos dizer que progredimos, principalmente se considerarmos o que a CAIXA estava disposta a nos oferecer antes de iniciada a greve, mas ainda estamos longe de onde queremos chegar", diz Daniele Macedo, do JURIR/São Paulo. "Poderia ter sido melhor? Talvez sim, mas essa é uma resposta que nunca teremos. Só posso garantir que eu e muitos dos colegas em greve de São Paulo estávamos dispostos a arriscar."

Na parte ruim, a advogada destaca as mensagens do Comando Nacional, que muitas vezes não eram claras, e "um certo desencontro de informações", que dificultou bastante o dia a dia da paralisação. Mesmo assim, considera que o resultado foi positivo: "Afora as expectativas não atendidas, podemos considerar o grande aprendizado".

A opinião de Dioclecio Cavalcante de Melo Neto, do JURIR/Maceió, é que a greve não atingiu os seus objetivos, apesar de se ter obtido ganho financeiro em todas as faixas salariais. Ele lembra as premissas básicas do movimento: a) igualdade entre todos os funcionários da mesma carreira; b) correção das distorções cometidas pelos planos anteriores; c) valorização profissional. "Continuamos tendo diversas sub-carreiras, com vários pisos e tetos diferenciados, o que mostra não ter havido unifi-

Três momentos

Daniele Macedo, do JURIR/São Paulo

"O primeiro foi a união do seletivo grupo de advogados grevistas de São Paulo, pessoas corajosas e determinadas e idealistas.

Um segundo momento foi a derrubada da proposta de greve por 48 horas, oportunidade em que assumimos a direção do movimento.

Por fim, outro grande momento foi o não deferimento da liminar no dissídio para a CAIXA, que representou uma grande vitória ao golpe que nos foi dado."



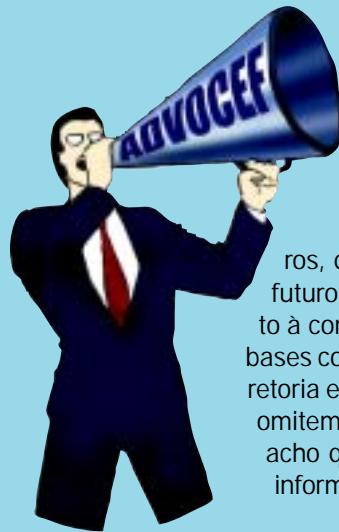


| Dione: fim ao medo da greve e dos prazos

cação." Outro ponto negativo que viu foi a falta de comunicação entre o Comando e as bases. O que houve de bom, para ele, foi a união dos colegas.

Aos 28 anos de CAIXA, o advogado Hamilton Esequiel de Resende, do JURIR/Belo Horizonte, não esperava muito do movimento. "A Empresa teria que privilegiar o piso, em detrimento do teto, para tentar segurar os valorosos profissionais que têm sido admitidos nos últimos concursos." Acha que o melhor foi a adesão em massa, que reforçou a coesão da categoria. "Não me agradou nem um pouco o descaso da Empresa para com os profissionais e para as consequências do movimento."

Foi a primeira mobilização e o resultado foi satisfatório, diz Leandro Clementoni



A principal falha

Dioclecio Cavalcante de Melo Neto, do JURIR/Maceló

"Por ter sido a primeira greve, cometemos alguns erros, que devem ser somatizados e evitados em embates futuros. O principal ponto negativo a ser corrigido diz respeito à comunicação: é imperioso que a informação chegue às bases com clareza, precisão e rapidez, podendo retornar à Diretoria e ao Comando de Greve, da mesma forma. Quando se omitem informações, a decisão tende a não ser a melhor, e acho que foi o que ocorreu em nosso movimento: falta de informação e informação tardia."

da Cunha, do JURIR/Belo Horizonte, "apesar de não resolver todos os problemas das carreiras".

Dione diz que os erros, resultado da inexperiência, eram esperados e servirão de aprendizado para mobilizações futuras. "Agora, sejamos justos ao admitir que os acertos foram maiores e francos ao reconhecer que nossas conquistas não foram irrisórias."

Foi o melhor que a categoria poderia almejar nas circunstâncias, opina Marcos Ulhoa Dani, da GETEN. Demonstra: conheceu-se o poder de coesão e organização da categoria, houve o incremento de quase 90 milhões da proposta inicial da CAI-

XA, aumentou-se a base de cálculo para aumentos futuros, foi mantido aberto o canal entre Empresa e profissionais. Ele reconhece que houve erros, naturais em um movimento longo e inédito.

Discurso e lágrimas

O momento marcante do movimento, para Dioclecio de Melo Neto, ocorreu logo no início, quando, diante da desconfiança geral, a greve se concretizava, com uma adesão de mais de 80%.

Marcos Dani também destaca esse início coeso, primordial para que a negociação evoluísse. O outro grande momento, para ele, foi quando a maioria decidiu ter-

ANEAC tem nova Diretoria

A nova Diretoria da Associação Nacional dos Engenheiros e Arquitetos da Caixa (ANEAC) foi eleita em 19 de maio, após dois adiamentos nas eleições em razão da greve dos profissionais. Para cumprir os prazos estatutários, em meio ao movimento, a posse aconteceu rapidamente, em 28 de maio, com um mínimo de pompa e de presenças.

Veja quem são os novos diretores e conselheiros da entidade, para o período 2009-2011.

Diretoria

Presidente: Luiz Guilherme de Matos Zigmantas (SP)
Vice-Presidente: Frederico José de Holanda Silva (PE)
Secretária: Roseli Meneghin (PR)
Tesoureira: Sílvia Merendas (SP)



| ANEAC: a nova Diretoria foi eleita em plena greve

Diretores Regionais: Geomar Martiniano de Sousa (BA); Fernanda Teodoro Pontes (DF); Geraldino Polastri Júnior (MG); Ana Cristina Gomes dos Santos (RJ); Rosane Gomes Ferreira (RO); Simonne Jeffmann Baumgarten (RS); Sigfrido Francisco Carlos G. G. Junior (SC) e Francisco Otaviano Merli do Amaral (TO).

Conselho Deliberativo:

Mario Gonçalves Viana Junior (BA), presidente; Valdecir Santos Reis (PE), vice-presidente; Carlos Cesar Hauer (ES); Ciro Comarck Junior (RJ) e Marcelo Lembi Alves (MG).

Conselho Fiscal:

Marcelo Sporleder Salis (RS), presidente; David Barbosa Castro (BA), vice-presidente; Joaquim Sebastião Pereira (MS); Jorge Ricardo Amaral da Costa (RN) e Silvio Carlos Heitor Jorge (SP).



Leandro: resultado satisfatório para a primeira vez

minar o movimento, mostrando maturidade em não arriscar os ganhos obtidos em uma "aventura jurídica".

Marcos salienta que uma solução litigiosa poderia prejudicar as relações com a empregadora, entendendo que o movimento foi até onde a razoabilidade recomenda. "Compreendi, perfeitamente, a posição dos coordenadores que, ao fim e ao cabo, protegeram a Empresa de oportunistas externos que poderiam se aproveitar do movimento para vilipendiar o patrimônio público."

Para João Aboud, um momento marcante foi o da proposta feita pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho, que mudou a situação e, no final, acabou prevalecendo em favor da categoria.

Dione da Silva exalta a atuação do Comando Nacional e dos companheiros de luta. Recorda do discurso proferido pelo colega Rogério Bachi, em uma das assembleias no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, que fez com que todos saíssem com lágrimas nos olhos.

Leandro da Cunha chama a atenção para a realização do Congresso da ADVOCEF, exatamente no 30º dia de greve. Alfredo Briltes concorda: no evento ficou demonstrado que havia fôlego para continuar a greve. A união da categoria, nunca vista, e o apoio aos colegas do Comando Nacional também impressionaram Briltes.

Para Hamilton de Resende, o momento mais importante foi a mensagem do presidente da ADVOCEF, conclamando à paralisação. "Suas colocações foram precisas e inflamadas, na medida certa, para iniciar o movimento com a adesão dos indeci-

sos, inclusive." Conforme Hamilton, isso foi encorajador, principalmente para os que conhecem pessoalmente Davi, "que sempre pautou seus atos pelo bom senso e pela solução dos conflitos, via acordo".

Flávia Karrer lamentou que, ao final, a discussão tenha se direcionado para questões pessoais.

Adonias de Cordeiro entende que o movimento foi, ao todo, organizado e coeso. "Houve tumulto no final por não haver posicionamento uniforme nas bases sindicais de todo o país."

Na REJUR São João do Meriti não houve greve, porque alguns advogados não concordaram com a forma proposta (por tempo indeterminado) e por falta de contato com a base sindical, situada em Duque de Caxias. Segundo André Godinho, "um erro que fosse, na menor das bases, poderia significar a ilegalidade de toda a categoria". O advogado classifica como principais momentos o ajuizamento do dissídio coletivo da CAIXA, as assembleias negando a primeira proposta e a aceitação da proposta final da Empresa.

Parceria vitoriosa

O presidente da ANEAC (Associação Nacional dos Engenheiros e Arquitetos da CAIXA), Luiz Guilherme de Matos Zigmantas, destacou a parceria construída com a ADVOCEF, que permitiu aos profissionais sustentarem, por 50 dias, "com organização e elevado índice de adesão, a paralisação que culminou no maior movimento paredista da categoria bancária do país, em todos os tempos".

Em carta à ADVOCEF, Zigmantas agradeceu aos advogados, esperando que a identidade entre as Associações se consolide para a conquista de outros benefícios para os profissionais.

O presidente da ADVOCEF, Davi Duarte, retribuiu a mensagem, salientando que o movimento foi coeso e solidário exatamente por conta da soma dos esforços das duas entidades.

Para a diretora regional da ANEAC no Rio Grande do Sul, Simonne Jeffmann Baumgarten, a aproximação entre os advogados, arquitetos e engenheiros para debater questões da carreira foi o grande resultado do movimento. "Uma vitória conquistada a cada dia, a cada reunião, movida pela certeza de que tínhamos razão no nosso pleito."

A arquiteta, eleita para a ANEAC durante a greve, admite as frustrações referentes ao movimento, mas afirma que não se conquistam todos os objetivos numa

vez só. "Negociação implica em perdas e ganhos e este foi outro aprendizado que tivemos."

Garantir ou arriscar

Para Simonne, o mais difícil durante a negociação era discernir as informações reais dos boatos, que existem em qualquer greve. Diante de informações vagas e contraditórias, a avaliação de cada dia se torna uma aposta, diz ela. "Só que essa aposta implicava no futuro de muitas pessoas, alguns mais dispostos a correr riscos, outros menos... O que me tranquiliza nesse sentido é que as assembleias sempre tiveram bastante participação, as decisões foram coletivas e me parece que todos estavam conscientes dos riscos."

A arquiteta considera as críticas uma questão "meio confusa", pois até determinado momento todos seguiam a orientação do Comando.

"Tomar a decisão de encerrar o movimento me parece mais difícil do que decidir começar."

O ponto é: garantir conquistas ou arriscar mais um pouco? "Eu acreditei na percepção daqueles que estavam à frente da negociação e que afirmavam que a via negociada tinha se esgotado." Acabou uma etapa, mas não a luta, diz ela. "Sabemos que há muito ainda para conquistar, ainda estamos distantes da isonomia e da valorização que merecemos."



Simonne: uma vitória conquistada a cada dia

Volta para casa

"É hora de reorganizar a vida e a nova luta", afirmou o presidente da ADVOCEF, Davi Duarte, depois de enaltecer a "greve espetacular" realizada pelos profissionais da CAIXA. Para Davi, o êxito do movimento não deixou dúvidas sobre o ânimo de descontentamento que havia nas unidades de trabalho de advogados, arquitetos e engenheiros.

Nesta entrevista, o presidente revive os momentos mais importantes, revela as decisões difíceis e conta outros detalhes do movimento histórico de 50 dias.

ADVOCEF EM REVISTA - Como avalia hoje os 50 dias de greve?

DAVI DUARTE - A greve foi espetacular. Um movimento forte, coeso, muito solidário. A base é que garantiu o êxito do movimento, que não deixou dúvidas de como estava o ânimo de descontentamento nas unidades jurídicas e onde atuam arquitetos e engenheiros. Cabe ao administrador refletir sobre os motivos pelos quais o movimento foi tão intenso e longo, com tamanha unidade.

ADVOCEF - Faria tudo de novo, cada uma das ações ao longo do movimento, ou enxerga erros que procuraria corrigir?

DAVI - Faria tudo novamente. Por melhor que tenha sido, melhoraria a comunicação com as bases, estabelecendo o Boletim Diário por base sindical. De sua consolidação teríamos uma completa gama de informações 100% confiáveis.

ADVOCEF - Como recebe as críticas contra o resultado da negociação?

DAVI - Com naturalidade e com respeito. A base tem o direito de questionar e o faz se não está satisfeita com as informações. No entanto, nem tudo poderia ser dito para não "dar munição ao adversário". Por exemplo, era impraticável falar sobre os riscos do dissídio, que existiam, sob pena de soar como receio e de repassar uma ponta de temor ou de fragilidade e a Empresa se aproveitar disso.

ADVOCEF - Quais foram os momentos mais difíceis do movimento?

DAVI - Para mim os principais momentos foram decidir que havíamos chegado ao topo da proposta da CAIXA e

verificar que parcela da categoria não estava contemplada e outra parcela não estava satisfeita.

ADVOCEF - E quais foram os outros momentos importantes?

DAVI - O que preponderou foi verificar que avançamos, e bastante, em termos de vencer o forte receio de fazer greve, que tínhamos ainda bala na agulha para continuar unidos e, sobretudo, que não tivemos perdas. Voltamos prontos para novo embate e, como onda, rever todos os pontos que não foram atendidos. E a Empresa atendeu a poucos daqueles a quem deve. Preferiu transformar a cláusula 47ª do ACT 2008 em mero reajuste salarial. Analisado sob esse aspecto, o aumento foi plenamente exitoso, porque deferido à parcela dos empregados e porque se constitui em adicional àquele deferido em setembro de 2008.

"ADVOCEF e ANEAC têm seu nome marcado. A CAIXA não mais nos subestimar."

ADVOCEF - E quais os momentos que o presidente guardará por muito tempo na memória?

DAVI - Quando uma entidade sindical nacional orientou o retorno ao trabalho e a categoria não aceitou a orientação e se manteve mais forte e coesa. Quando um colega, que não queria fazer greve, votou conforme a sua consciência e foi vencido, submeteu-se à deliberação da maioria e parou. Quando a GEAJU, pela maioria de seus integrantes, resolveu aderir ao movimento. Quando soube que a adesão estava em mais de 88% dos empregados sem função. Quando via os representantes da Empresa, no TST, sem respostas adequadas ao mínimo questionamento feito pelo minis-



| Davi: respeito no meio sindical e jurídico

tro instrutor do dissídio. E, por fim, quando fechamos o acordo, sabendo que a categoria fez a CAIXA ir além, bem além do que ela pretendia...

ADVOCEF - O Comando Nacional contava com aprovação praticamente unânime em boa parte do período da greve. Achava na época que, de algum modo, seria possível conservar a aprovação até o final?

DAVI - Apoio o Comando teve até o fim. Tanto é que a maioria votou seguindo a orientação do Comando, com base na confiança, ainda mais quando a proposta da Empresa se limitou a atender a proposta do ministro instrutor até janeiro de 2010, mas compensando o reajuste de setembro de 2009.

ADVOCEF - Em que momento sentiu que a unanimidade acabaria?

DAVI - Quando lutar quase por certo não acarretaria novos ganhos, mas geraria perdas e muitos companheiros não estavam (como não estão) satisfeitos. Foi preciso conter a emoção, deixar passar um tempo, acreditar nos companheiros que estavam comigo e, sobretudo, assumir o ônus de que assim como entramos fortes nesse movimento dele saímos fortalecidos.

ADVOCEF - Como acha que será lembrado no futuro: líder de uma greve vitoriosa ou o responsável por uma negociação que poderia ter alcançado um resultado melhor?

DAVI - A lembrança acontecerá sob os dois enfoques. No entanto, estou con-

"É preciso compreender e respeitar igualmente aqueles que mais nos criticam."

victo de que fizemos a mais longa e mais forte greve que a CAIXA já viu. Conseguimos o maior aumento fora de época. Conquistamos o respeito no meio sindical e no Judiciário. Hoje as Associações (ADVOCEF e ANEAC) têm seu nome marcado de forma indelével. A CAIXA não mais nos subestimar. E isso muito devemos aos companheiros e companheiras que nos apoiaram sempre, mas também àqueles que mais nos criticam e criticarão, porque dentre esses estão muitos daqueles que mais lutaram pelo êxito do movimento. É preciso compreendê-los e, igualmente, respeitá-los. Mas para que não pairasse dúvidas sobre o que o presidente da ADVOCEF pensava, em todos os principais momentos expedimos mensagens específicas. Assim ocorreu imediatamente antes de iniciar o movimento e antes de findá-lo. E avalio que foram mensagens importantes, com humildade, sinceras e adequadas ao momento.

ADVOCEF - Que reflexos acha que a greve terá - ou já tem - no cotidiano e no ambiente do Jurídico, de maneira geral?

DAVI - Agora terá início um período difícil. É a volta para casa ao final da guerra, sabendo que isso aconteceria. É hora de compensar parte do tempo e de reorganizar a vida e a nova luta. É hora de ajudar a reconstruir as pontes, demonstrar que somos importantes porque defendemos a Empresa e somos lucrativos, pelo resultado de nosso trabalho.

ADVOCEF - Há denúncias de retaliações aos grevistas. Como a ADVOCEF pretende agir, ou já está agindo, nesses casos?

DAVI - Em primeiro lugar não pensamos que tal fosse ocorrer. Não precisa-

mos nem devemos ser algozes uns dos outros. O adversário deve ser externo e não interno. Mas temos notícias de dificuldades e vamos agir. No entanto, uma das dificuldades é quando a atuação negativa ocorre de forma sutil, dificultando a distinção entre o ato legal do administrador daquele em que há, escondida, a vontade de punir, de castigar, de retaliar. Mas agora temos mais força e legitimidade. Então vamos usar dessa força, dos canais sindicais e corporativos. A propósito, queremos ver aplicada a política da CAIXA, que tanto faz pela ética, solidariedade, respeito e valorização de seus empregados. Afinal, como se lê no Código de Ética da Empresa: "Na CAIXA as pessoas SÃO VALORIZADAS". E essa regra precisa incidir especialmente agora.

ADVOCEF - Já dá para imaginar como será a participação dos advogados nas campanhas salariais da CAIXA, daqui para a frente?



| A CAIXA no TST: sem respostas adequadas

DAVI - Será normal, com adesão parcial e sem o temor que impedia os profissionais de parar. Ficou fácil. A CAIXA se empenhou muito para quebrar a maior barreira que os advogados cultivavam. Com sucessivas provocações irritou a todos. Agora sabemos que para a greve ter êxito basta parar e se manter interessado e participativo no movimento.

ADVOCEF - Há advogados que criticam a aceitação por parte do diretor de Honorários, Gryecos Loureiro, de um cargo na gerência nacional. Como analisa isso?

DAVI - Sobre esse ponto também postei mensagem específica na página da ADVOCEF. Avalio que o momento

para o convite não foi o melhor. Mas superado esse aspecto trata-se do reconhecimento a um excelente profissional, que tem o direito de aceitar o convite. O importante é que a Administração está ciente de seu comprometimento com as causas da Associação e que não haverá prejuízo ao exercício de suas atribuições. E sobre isso o tempo nos dará a resposta.

ADVOCEF - Quer comentar algo mais?

DAVI - Foi importantíssimo o apoio de todos os profissionais, advogados, arquitetos e engenheiros, mas sem a escorreita atuação da CONTEC, que nos prestigiou e muito, desde a conquista da cláusula 47ª do ACT 2008, e durante o longo período de negociação com a CAIXA, transformando os membros indicados pelas Associações como os seus representantes, no ajuizamento do dissídio, com sua orientação, resposta e reconvenção, não teríamos a projeção

que tivemos. Nossos sinceros agradecimentos ao presidente da CONTEC, Dr. Lourenço do Prado; à diretora financeira, Dra. Rumiko Tanaka; ao secretário-geral, Dr. Gilberto Vieira, ao Dr. Torres das Neves, advogado exemplar, e aos demais colaboradores. Igualmente importante foi o apoio de inúmeros sindicatos, de bancários, de advogados, de engenheiros, da OAB, por Seções e pelo Conselho Federal. Finalmente, agradecemos à Contraf, Fenae,

DEST e à CAIXA, por suas lideranças, bem assim aos companheiros que permaneceram em seus postos de trabalho, porque sem tais personagens, todos importantes, a história não teria a riqueza de detalhes que teve.

"As pessoas são valorizadas.' Esta regra de ética da CAIXA deve incidir especialmente agora."

Movimento bem-sucedido

O vice-presidente da ADVOCEF, Bruno Vanuzzi, considera que o movimento dos advogados, arquitetos e engenheiros da CAIXA foi um sucesso, pois tirou os empregados de anos de letargia e sustentou uma greve inédita. Mas não só por isso. Bruno destaca que os profissionais conquistaram um reajuste médio de 20%, chegando a mais de 30% para os mais prejudicados no processo de 2006. E o aumento foi conquistado fora da data base da categoria, significando um prestígio enorme aos profissionais.

Na entrevista a seguir, Bruno reconhece erros, fala dos momentos mais importantes, revelando detalhes desconhecidos da negociação, que iniciou ainda no ano passado, quando foi incluída a cláusula 47ª no Acordo Coletivo.

ADVOCEF EM REVISTA - Como avalia hoje os 50 dias de greve?

BRUNO VANUZZI - Avalio como extremamente positivo o movimento, por ter acordado a carreira profissional de anos de letargia. A cooperação com a ANEAC também foi um avanço importante. Além disso, a participação efetiva de advogados em movimento paredista é inédita e representa o início de nossa caminhada em direção ao reconhecimento como carreira de estado e atividade fim da nossa Empresa.

ADVOCEF - Como integrante do Comando, faria tudo de novo ou enxerga hoje erros que procuraria corrigir?

BRUNO - Teria sido importante deixar mais claro aos associados desde o início o conteúdo negocial em jogo, tendo em vista a redação da cláusula 47ª do ACT 2008/2009, que limitava em muito nossas pretensões. Ao final da negociação ficou a impressão de que muitos associados esperavam resultados que, em verdade, apesar de serem pauta de nossas reivindicações, não estavam em discussão no momento. Esta dificuldade de comunicação prejudicou a correta avaliação das propostas apresentadas.

Acredito também que poderíamos ter dado mais publicidade ao nosso movimento, o que foi evitado por ser uma faca de dois gumes. A publicidade dá mais visibilidade, mas pode também voltar a sociedade contra os trabalhadores. Durante a



| Bruno: os momentos de extrema tensão

redação do ACT 2008/2009, penso que talvez fosse importante ter interferido na redação da cláusula 47ª, que ficou a cargo das entidades sindicais e da CAIXA, o que não fizemos por inexperiência. Esse erro foi corrigido no processo de elaboração do termo aditivo agora assinado. Por fim, acho que talvez fosse importante garantir o assento de um colega espectador em cada reunião, o que havíamos conseguido nas primeiras rodadas, para que mais associados pudessem observar o trabalho que estava sendo feito.

ADVOCEF - O que mudaria na cláusula 47ª?

BRUNO - Acredito que seria conveniente que o mercado pesquisado fosse proporcionalizado de acordo com o perfil de atuação do advogado da CAIXA, ou seja, com maior peso para as atividades eminentemente públicas e assemelhadas à AGU, que respondem pela maior parte de nossas demandas.

ADVOCEF - Quais os momentos mais difíceis e o mais importantes da negociação?

BRUNO - Enfrentamos alguns momentos críticos. Durante a negociação da data base dos bancários de 2008, que redundou no ACT 2008/2009, nossa cláusula 47ª esteve na berlinda por inúmeras ocasiões. Somente com muito esforço conseguimos inseri-la no texto final. Já os meses de janeiro, fevereiro e março, nos quais

as negociações estavam congeladas, foram extremamente angustiantes, pois a Empresa estava visivelmente retrocedendo no que já havíamos ajustado, e não sabíamos ao certo qual era a orientação da nova comissão de negociação da CAIXA, que estava estreando na mesa.

Depois de iniciada a greve, os dias que antecederam e sucederam o ajuizamento do dissídio coletivo por parte da CAIXA foram de extrema tensão. Sofremos inúmeras pressões para encerrar o movimento, tudo ainda na primeira semana de maio, e com menos de duas semanas de greve. O campo sindical, mais experiente acerca do tema, nos indicava a finalização do movimento, a ADVOCEF e grande parte da ANEAC acreditavam na nossa capacidade de pressão e união. Foi difícil rearticular o movimento naquele momento, ainda mais quando fomos colhidos de surpresa, no dia 11 de maio, pelo reajuste de 4% e o ajuizamento do dissídio.

Outro momento crítico foi quando as negociações foram encerradas, já em junho. Durante quase uma semana, nossa única esperança era um julgamento favorável no TST, via arriscada, estreita, e na qual abriríamos mão de escolher nosso futuro, deixando-o nas mãos de magistrados que julgariam pela primeira vez um tema desta natureza. Apesar de muito bem assessorados juridicamente, o cenário era de alto risco, conforme nos alertavam nossos advogados. Graças ao árduo trabalho do Dr. Carlos Castro, conseguimos reabrir o canal de comunicação e retomar o diálogo.

E, por fim, outro período decisivo foi entre a última reunião de negociação e a tomada de posição das Diretorias de ANEAC e ADVOCEF pela aceitação da proposta. Estávamos certos de que não havíamos conseguido tudo o que queríamos, mas tínhamos também a noção de nossa responsabilidade na condução do processo. Decidir entre consolidar os avanços, na ordem de mais de 30% para um contingente considerável de profissionais, justamente os mais prejudicados no processo de 2006, ou arriscar a sorte, foi uma das tarefas mais árduas. Tivemos que avaliar a proposta em conjunto com o pro-

A maior conquista

cesso de unificação de 2006, somando as conquistas dos dois momentos para compreender quais eram as nossas prioridades. Somente com união e sintonia entre os integrantes da comissão conseguimos superar esse momento.

ADVOCEF - Como recebe as críticas contra o resultado da negociação?

BRUNO - Todas as críticas são saudáveis, desde que não pessoalizadas. Este processo foi inédito para todos os integrantes da comissão, e com certeza há muito a aprimorar. Lidar com grupos de interesses tão heterogêneos, como são os integrantes da carreira profissional, tendo possibilidades de avanço limitadas por orçamento e outras travas, implica obrigatoriamente desagradar muitos associados.

Vejo que muitas das críticas foram precedentes. Outras foram movidas pela desinformação acerca dos termos da cláusula 47ª, como já expliquei. Algumas decorreram do excesso de expectativas, também pelos mesmos motivos. A nossa pouca experiência em movimentos de classe também explica um certo "pensamento mágico" acerca da via judicial, que foi supervalorizada por muitos colegas.

O fato é que este foi apenas o primeiro movimento dos advogados, e este movimento foi um sucesso. O nosso reajuste médio foi na ordem de 20%, chegando a mais de 30% para os mais prejudicados no processo de 2006. E esse reajuste foi fora da data base da categoria, o que é um prestígio enorme aos profissionais. Acredito que tenhamos avançado muito não só no campo salarial, mas no amadurecimento das lideranças locais, que se integraram de forma ativa em todo o processo e contribuíram ao longo de todo o período com valiosas sugestões e críticas.

ADVOCEF - Quer comentar algo mais?

BRUNO - Falo por mim, mas acredito que todos os integrantes da comissão também tenham este sentimento: saímos deste processo endurecidos pelos percalços, mas com um grande crescimento pessoal. O carinho transmitido por todos que nos apoiaram foi fundamental para que chegássemos ao fim destes nove meses de negociação inteiros e sem nenhuma baixa. Agradeço a todos que depositaram sua confiança e lhes asseguro: esta comissão fez tudo o que foi possível para melhor representá-los.

Para a diretora de Negociação da ADVOCEF, a maior conquista dos 50 dias de greve foi a união registrada entre os profissionais da CAIXA. Para Anna Claudia de Vasconcellos, a falta de unidade entre os advogados era o principal obstáculo para uma mobilização nacional. "Nenhuma carreira pode cogitar ser grande enquanto cada um de seus membros não se enxergar como parte do todo", sustenta.

Como consequência da unidade concretizada, anuncia Anna, a ADVOCEF conquistou um lugar na mesa de negociação. "A importância desse fato é incontestável e nos permitirá continuar lutando pela valorização da carreira profissional da CAIXA."

Mesmo não tendo alcançado tudo o que se queria, segundo Anna, o movimento representou um passo importante em direção à unificação da carreira, com a reabertura da migração para os advogados que ainda estavam no PCS 98. Anna admite ter havido falhas pela inexperiência, mas não reconhece "nenhum erro fatal para a negociação".

Para ela, o momento mais importante foi o encontro com os representantes dos Jurídicos em São Paulo, antes da greve, quando a ADVOCEF apresentou as questões relacionadas ao movimento. A reunião foi crucial para o sucesso da mobilização, afirma. "Com ela a Associação desempenhou um papel que há muito lhe era cobrado - o de dar voz e vez aos associados perante a CAIXA, orquestrando os advogados na greve e encabeçando o movimento em todas as suas etapas."

Falta de cordialidade

A diretora fala de seu momento mais difícil, o de decidir sobre a proposta final da CAIXA:

"Sabia que essa decisão geraria muita controvérsia entre os profissionais e,

mesmo, duras críticas. Mantive meu entendimento firme pela manutenção do movimento até a última audiência no TST, na qual o vice-presidente, ministro Dalazen, asseverou que aquele tribunal iria se ater à análise da questão econômica posta, sem qualquer julgamento dos problemas funcionais da carreira profissional. Como já afirmei em outras ocasiões, tal certeza, aliada a todas as incertezas que permeavam o julgamento do dissídio, juntamente com a opinião de todos os eminentes advogados que trabalharam por e para nós, foi determinante para minha decisão de apoiar a proposta da CAIXA."



Anna: a vez e a voz dos advogados da CAIXA

Anna diz que as críticas, que vieram ao final do movimento, eram inevitáveis. "Quanto maior e mais importante a ação, mais intensa a controvérsia por ela gerada." A diretora garante que não foi surpreendida nem mesmo pelas ferozes reclamações, mas lamentou "a total falta de cordialidade e, até mesmo, a irresponsabilidade de algumas colocações feitas no Fórum".

Mesmo assim, acha que o Fórum é um espaço democrático e deve ser mantido. "Faço, no entanto, um convite aos críticos extremados. Ser pedra é fácil, aceitar ser vitrine é o verdadeiro desafio e, em qualquer situação, uma experiência enriquecedora."

A diretora da ADVOCEF defende o sucesso do movimento: "Avançamos, sim, não tanto quanto queríamos, mas mais do que a CAIXA pretendia permitir". Lembra que foi apenas a primeira luta, depois de muito tempo. "Agora que finalmente acordamos, devemos continuar unidos pelo fortalecimento da carreira profissional. O slogan continua valendo: unidos somos bem mais fortes."

Mapa da discriminação



"Mulheres protestando", quadro de Di Cavalcanti

As mulheres bancárias ganham 78% dos salários dos homens e têm mais dificuldades para a ascensão profissional. Apenas 19,5% dos trabalhadores do sistema financeiro são negros ou pardos, e ganham, em média, 84,1% do salário dos brancos. A discriminação é ainda maior em relação às mulheres negras: somente 8% delas conseguem emprego nos bancos. Os dados estão no Mapa da Diversidade, organizado pela Federação Brasileira de

Bancos (Febraban) a partir de uma pesquisa respondida por 204.794 bancários de todo o Brasil.

Vida difícil

1. *Matéria no Valor Econômico afirma que os dirigentes de bancos sabem que suas vidas não serão mais as mesmas com os juros nominais de um dígito (a Selic está em 9,25% ao ano). Os bancos, que eram até 2001 o segmento mais lucrativo da economia, oscilariam hoje entre o 4º e o 6º lugar.*

2. *Outra queixa dos bancos, segundo o Valor, é que eles esperavam que a AGU ingressasse no STF com uma Ação de Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental para conter as decisões judiciais para o pagamento da correção monetária dos Planos Bresser, Verão e Collor 1 e 2. O governo sugeriu que as entidades dos bancos assumissem a ação. Eles também não quiseram, e o assunto aguarda parecer do Procurador Geral da República.*

Devedores na internet

Desde 2 de julho os contribuintes que possuem dívidas com a União em execução na Justiça têm seus nomes listados no site da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (<http://www2.pgfn.fazenda.gov.br/>). De acordo com a Procuradoria, mais de dois milhões de contribuintes têm dívidas em execução, num total de R\$ 650 bilhões. Mas a lista contém 1,034 milhão de nomes, pois não aparecem nela os que cumprem parcelamentos ou que conseguiram suspender o processo na Justiça. Os contribuintes relacionados poderão regularizar sua situação fazendo o pedido pela internet. Ainda neste ano, a PGFN deverá disponibilizar os nomes para a Serasa e o SPC.



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

LexML na rede

Foi lançado em 30 de junho o LexML (Rede de Informação Jurídica e Legislativa), site de busca criado pelo Senado Federal em parceria com instituições como a Câmara Federal, o Tribunal de Contas da União, a Advocacia-Geral da União, Controladoria-Geral da União (CGU), do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Banco Central, entre outras. No portal é possível acessar leis, decretos e demais documentos das esferas federal, estadual e municipal dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Integra o site a Biblioteca Digital do STJ.



Exemplo para gerentes

Matéria no site da FENAG mostra insatisfação dos gerentes pelo encaminhamento dado ao tema do Plano de Cargos Comissionados (PCC). Segundo a Fenae, a CAIXA alterou normativos relacionados ao assunto e até o calendário previsto para as negociações com a categoria. A apresentação da proposta patronal foi adiada de 30 de junho para 17 de julho. Comentando a notícia no site, um gerente sugeriu mobilização e enalteceu a greve dos advogados, arquitetos e engenheiros: "Sustentaram seu movimento por mais de 45 dias (sic) e conseguiram obter avanços na proposta da Empresa".



Manifestação dos profissionais em Porto Velho/RO

Foto trocada

Os advogados Laert Nascimento Araújo e Leandro Jacob Neto divertiram-se com a publicação da nota "Custo-benefício", na edição passada, nesta seção. O texto referia-se a Leandro, mas por equívoco foi ilustrada com a foto de Laert. Colegas dos dois profissionais não pouparam as brincadeiras. Com o mesmo bom humor, os advogados desculparam a falha do editor.

Novas varas

O Senado Federal aprovou a criação de 230 novas varas federais, que serão implantadas entre 2010 e 2014. Serão criados 8.510 cargos e funções comissionadas no Judiciário, através de concurso. O presidente da Comissão Nacional de Legislação, da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, ressalta que é necessário também ampliar as vagas nos Tribunais Regionais Federais e criar as Turmas Regionais Federais.



Conselheiro da OAB
Marcus Vinicius Coêlho

Reunião da ADVOCEF

No fechamento desta edição, em 11 de julho, a ADVOCEF realizava reunião da Diretoria em Porto Alegre. Em pauta, a situação pós-greve, as reivindicações para o ACT 2009/2010 e a arrecadação de honorários, entre outros assuntos.

Plano de compensação

A ADVOCEF finaliza um Plano de Compensação de Horas que vai propor à CAIXA, de forma a contemplar interesses da Empresa e dos profissionais. Segundo o presidente Davi Duarte, atualmente a recuperação só é possível com duas horas extras diárias, alongando a jornada para 11 horas, devido ao intervalo mínimo de uma hora. Mais detalhes, em breve.

A greve em São Paulo

O presidente da ADVOCEF, Davi Duarte, reuniu-se, em 10 de julho, com advogados e gestores do JURIR/São Paulo. A visita decorreu de denúncias recebidas de integrantes daquela unidade, envolvendo o recente movimento grevista. Davi Duarte ouviu as partes, defendendo o diálogo e o entendimento.

Parabéns ao associado

Desde o início de julho, a ADVOCEF envia mensagens parabenizando os aniversariantes do dia. Uma mensagem singela, mas sincera, que retrata a importância da data para a entidade, segundo o diretor de Comunicação, Roberto Maia.



Carga rápida

O presidente da República em exercício, José Alencar, sancionou em 6 de julho o Projeto de Lei 104/06, que regulamenta a retirada de autos dos cartórios judiciais pelos advogados, editando a lei 11.969/09. O presidente da OAB/SP, Luiz Flávio Borges D'Urso, comemorou "a vitória de uma antiga luta da advocacia". Publicada a lei em 7 de julho, está instituída a carga rápida: os advogados podem retirar os processos e permanecer com eles durante uma hora para consultas ou cópia dos autos.

Ironia separatista

1. Comentário do presidente eleito do TRF-3, desembargador Baptista Pereira: "O Rio Grande do Sul é uma maravilha. Se dependesse desse Estado todos os problemas do país estariam resolvidos. Haja vista um colega lá, com quadrilha presa, mandou soltar porque não tinha vagas no presídio. É Direito Alternativo. Eles [magistrados] fazem do jeito que acham. Ah... Se não fosse a Revolução Farroupilha... Se fizéssemos oposição a ela teríamos nos livrado do Rio Grande do Sul".



2. A declaração é de 16 de junho, quando Baptista Pereira ainda integrava o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Estava em julgamento o direito de voto aos presos provisórios, garantidos pela Constituição. Baptista Pereira e mais seis juízes foram contra. Segundo a revista Consultor Jurídico, foi nesse contexto que o desembargador resolveu ironizar o Estado do Rio Grande do Sul, "conhecido por suas posições de vanguarda principalmente em matéria penal".

Revolução bancária

O crédito consignado tirou as pessoas das mãos dos agiotas e criou uma condição de cidadania com uma taxa de juros dez vezes mais barata. É uma revolução no mercado bancário, afirmou a presidente da CAIXA, Maria Fernanda, em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo. "As micro e pequenas empresas estavam nas mãos das factorings, que praticamente não existem mais. Eram operações marginais ao sistema financeiro." A presidente prevê taxas de juros bem menores em cinco anos.



Presidente da CAIXA, Maria Fernanda

Tempo virtual

Enviado o primeiro lote de processos, de forma virtual, da Justiça estadual ao STJ. Levou dois minutos, com origem no Tribunal de Justiça do Ceará. Em 33 minutos, dois dos quatro processos recebidos foram registrados, autuados, classificados e distribuídos aos relatores. Em papel, esses processos demorariam cerca de cinco meses entre a remessa e a chegada ao gabinete do relator. "Um marco no processo de modernização do Judiciário", classificou o STJ.

Doutrina

Penhora online. Noções gerais

A penhora online, também denominada penhora por meio eletrônico, constitui em modalidade de constrição de valores existentes em depósito ou aplicação financeira do devedor em favor do executado. Trata-se de penhora da possibilidade de informações, pelo juiz, da existência de ativos financeiros em nome do executado, que, existentes, serão indisponibilizados, correspondendo, ao final no equivalente à penhora de dinheiro.

A penhora por meio eletrônico começou a ser utilizada pela Justiça do Trabalho em convênio com o Banco Central do Brasil, através de sistema denominado BacenJud. Com o tempo, buscou-se sua utilização na Justiça comum, fato que gerou, por muito tempo, grande resistência, argumentando, alguns, que se tratava de verdadeira quebra de sigilo bancário.

Com a Lei 11.382/06 a modalidade de penhora foi incluída no Código de Processo Civil, sendo regulada por seu art. 655-A. Citado artigo dá à penhora online caráter preferencial.

A penhora por meio eletrônico é feita pelo juiz, pessoalmente, através de senha disponibilizada pelo sistema BacenJud e depende de convênio do órgão judicial com o Banco Central. Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery (Código de processo civil comentado. 10 ed. São Paulo: RT, 2007. p. 1.037) salientam que "não se pode fazer penhora online de crédito rotativo colocado à disposição do correntista como empréstimo (v.g. cheque especial). A penhora só poderá recair sobre ativos financeiros, isto é, sobre saldo positivo e não sobre saldo disponível nas contas de depósito ou de desconto de duplicatas. Empréstimos e saldos negativos no che-

que especial são ativos, mas passivos financeiros. Na categoria de ativos financeiros inserem-se as contas de depósitos, poupança e aplicações em geral".

Ainda há discussões acerca da utilização da penhora online como meio preferencial para constrição de ativos financeiros em favor do credor. O Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, de Theotônio Negrão (41ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 884), traz diversos arestos confrontantes sobre o tema nas notas ao art. 655-A, parecendo prevalecer o entendimento de que a penhora online pode ser utilizada sem o prévio esgotamento de outras diligências na busca de bens do devedor, bem como revela-se ela meio menos gravoso ao executado.

A penhora on-line é requerida pelo exequente e, uma vez autorizada pelo juiz, será efetivada através de requisição através do sistema BacenJud, para que sejam bloqueados ativos financeiros em nome do executado no limite do valor executado. Havendo saldo em qualquer conta ou aplicação financeira no Brasil, serão bloqueados valores até o limite da execução; por outro lado, poder-se-á concluir, pelas pesquisas, que não existe conta ou investimento em nome do executado ou que, existindo, não há valor a ser bloqueado.

Uma vez bloqueado o valor e inexistindo impugnação ou outro incidente processual que impeça e efetivação da execução, o exequente requererá a transferência do valor depositado em seu favor, o que se fará via conversão do valor bloqueado em depósito judicial, disponibilizado ao exequente, em seguida, através de alvará judicial ou outro meio pertinente, mediante autorização judicial.

Jurisprudência

Inexistência de responsabilidade da CAIXA pelo mau uso/zelo do cartão do correntista

Recentíssima decisão reconheceu a impossibilidade de se imputar à CAIXA a responsabilidade pela inobservância de zelo de correntista no uso de seu cartão de débito, visto que o dano teria sido causado com participação efetiva do mesmo. Veja-se in verbis o didático acórdão: "AÇÃO ORDINÁRIA - DANOS MORAIS E MATERIAIS - AUTOR/VÍTIMA AUXILIADO POR TERCEIRO DESCONHECIDO NO AUTO-ATENDIMENTO DA CEF - OCORRÊNCIA DE TROCA DE CARTÕES E POSTERIORES SAQUES INDEVIDOS - dever de zelo inobservado - vitimologia - responsabilização ECONOMIÁRIA INCONSUMADA - IMPROCEDÊNCIA AO PEDIDO. 1. Inicialmente, cumpre firmar-se assenta-se toda a teoria da responsabilidade civil pátria, tendo por referencial o artigo 159, CCB anterior e o art. 186 do atual, na presença, necessariamente conjugada, das seguintes premissas: o evento fenomênico naturalístico; a responsabilização ou imputação de autoria ao titular da prática daquele evento; a presença de danos; o nexo de causalidade entre aqueles. 2. Aduz a parte autora ter sido abordada por indivíduo que prestou auxílio no manuseio de seu cartão magnético, tendo concluído a operação de saque e, no dia seguinte, notou que o cartão em sua posse não lhe pertencia, dirigindo-se a uma agência da CEF e lá constatou indevidos saques e transferências, portanto deseja imputar ao réu responsabilidade a respeito, forte na tese se-

gundo a qual tal cenário a traduzir responsabilização indenizatória. 3. De tudo quanto carreado à causa se deduz, sim, por um lado, possa ter 'pecado' o agente financeiro, em não deter potencialmente vigilância permanente e individuada a cada cliente, em cunho indefinido no tempo, sobre o movimento bancário e sobre todas as pessoas que adentram ao seu recinto, porém também elementar se afigura, por outro, tenha a parte autora, claramente, incorrido em *error in vigilando*, quando menos, com relação ao seu cartão magnético e sua senha, sendo abordado por terceiro desconhecido, em um mundo no qual as cautelas ao redor do âmbito bancário devam ser máximas. 4. Deixou o autor de prestar observância ao elementar dever de zelo para com sua própria fazenda, seus bens, tendo assim sido vítima de si mesmo, aliás este o campo alvo de estudo jus-incriminador, pela vitimologia. 5. Unicamente se tendo evidenciado o resultado no mundo fenomênico, o prejuízo experimentado pelo demandante, a nenhum outro desfecho se chega na lide em espécie, que não ao de sua extinção de mérito por improcedência, ausentes provas robustas e fundamentais sobre o quanto sustentado vestibularmente, atinente à responsabilidade da CEF. 6. Improvimento à apelação. Improcedência ao pedido. (TRF 3, AC 2005.61.04.007182-0 SP, Segunda Turma, Rel. Juiz Fed. Conv. Silva Neto, Dje 25/jun/2009).



Rápidas

SFH. Execução. Notificação. Via postal.

- "A Turma proveu o recurso, decidindo extinguir a execução hipotecária sem julgamento do mérito, ante a ilicitude de estabelecer a presunção da notificação apenas com base no carimbo de postagem do aviso de recebimento (AR) sem assinatura do recebedor. O sistema de intimação via postal mediante AR visa produzir documento que sirva de prova de entrega da notificação. Por isso, o carteiro deve exigir que o destinatário da correspondência ou seu recebedor assine no campo designado, constando, inclusive, o número do respectivo documento de identificação. (STJ, REsp 1.102.572 DF, Terceira Turma, Rel. Min. Sidnei Beneti, julgado em 2/jun/2009).

GTS. MS contra ato de gerente de agência para levantamento de valores. Impossibilidade

- "1. Trata-se de mandado de segurança impetrado em face do Gerente da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL da Agência de São Carlos/SP, objetivando a liberação do valor existente em conta vinculada do FGTS. 2. Não se pode qualificar o gerente de instituição bancária como detentor de parcela de 'poder público' capaz de torná-lo 'autoridade' por equiparação, somente porque se encontra - em nome da gestora do FGTS - acautelando aqueles valores, os quais são patrimônio do trabalhador e não receita pública. 3. Ausente o signo básico da autoridade coatora, previsto no artigo 1º, §1º, da Lei nº 1533/51, não há que se falar em mandado de segurança contra ato do gerente da CEF, em tema de saque do FGTS. 4. Acolhida a preliminar de ilegitimidade passiva." (TRF 3, AC 2005.61.15.001645-0 SP, Primeira Turma, Rel. Vesna Kolmar, DJe 09/jun/2009).

Danos morais/materiais. Compensação de cheque. Assinaturas do emitente não divergentes das constantes no cartão autógrafo. Inexistência de danos

- "1. Havendo pagamento por compensação de cheques cujas assinaturas não divergem das constantes no cartão de autógrafo do correntista, não há falar em falta de cautela da instituição financeira. 2. Se não há sequer indício de falha do serviço oferecido pela instituição bancária, e tampouco, nexa causal entre a sua conduta e o dano experimentado pelo autor, deve ser julgado improcedente o pedido de ressarcimento de danos materiais." (TRF 3, AC 2002.61.00.010197-5 SP, Segunda Turma, Rel. Des. Nelton dos Santos, DJe 04/jun/2009).



Leitura

Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais.

Autor: Ricardo Cunha Chimenti. 11. ed. Saraiva, 2009. 341 pgs.

A obra é um manual sobre juizados especiais. O autor faz análise didática da Lei 9.099/95, artigo por artigo. Em destaque, quando pertinente, indica a aplicação do comentário em relação aos juizados especiais federais. Enriquece a obra com enunciados do fórum nacional dos juizados especiais federais e estaduais. Com isso, o livro torna-se interessante instrumento para pesquisas rápidas, auxiliando no cotidiano forense de quem atua na área.

STJ. Recurso Repetitivo. Prazo para manuseio de embargos em execução fiscal

- "A Seção, ao julgar recurso representativo de controvérsia (art. 543-C do CPC e Res. n. 8/2008 do STJ), proveu-o em parte, reiterando que o termo a quo para opor embargos à execução fiscal é contado a partir da data da intimação da penhora, e não da juntada aos autos do cumprimento do mandado (art. 16, III, da Lei n. 6.830/1980)". (STJ, REsp 1.112.416 MG, Primeira Seção, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 27/maio/2009).

FGTS. Levantamento x resistência da CAIXA. Competência da Justiça Federal

- "Se o levantamento dos depósitos de FGTS encontrar qualquer resistência por parte da Caixa Econômica Federal-CEF, é da Justiça Federal a competência para processar e julgar a ação, em face da litigiosidade que assume o feito, nos termos da Súmula 82/STJ: "Compete à Justiça Federal, excluídas as reclamações trabalhistas, processar e julgar os feitos relativos a movimentação do FGTS". (STJ CC 94.476 SC, Primeira Seção, Rel. Min. Castro Meira, DJe 25/maio/2009).

Honorários. Cumprimento de sentença. Fixação

- "A Turma entendeu que incidem honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença, regramento instituído pela Lei n. 11.232/2005, caso o credor seja obrigado a atuar no processo em busca de satisfação da dívida. Se o advogado da parte continua atuando no feito, haverá de ser remunerado por isso, sendo certo que a fixação da verba honorária prevista na sentença, por óbvio, somente levou em consideração o trabalho desenvolvido até aquela fase do processo." (STJ, REsp 1.053.033 DF, Terceira Turma, Rel. Min. Sidnei Beneti, julgado em 9/jun/2009).



Decisão Contrária

Depósito judicial. Formulário. Responsabilidade da Caixa

"A Turma, por maioria, desproveu o recurso, entendendo que, referente ao mérito, não obstante a impetração do writ pela CEF contra ato judicial que determinou o pagamento da diferença entre a TR e a Taxa Selic quanto aos valores do PIS depositados pela executada por guia comum em vez da guia DARF, tal erro não exime a CEF da atualização, nos termos do art. 1º da Lei n. 9.703/1998 (Taxa Selic). No caso, caberia à recorrente não ter aceito o depósito judicial do valor relativo à contribuição federal inscrita na dívida ativa, indicando o formulário correto." (STJ, RMS 29.119 RJ, Segunda Turma, Rel. Min. Castro Meira, julgado em 9/jun/2009).

ELABORAÇÃO

Giuliano D'Andrea, da REJUR/Ribeirão Preto
(giuliano.dandrea@terra.com.br)
e Jefferson Douglas Soares, do JURIR/Campinas
(jefferson.soares@adv.oabsp.org.br).

Sugestões dos colegas são bem-vindas.

A quebra do paradigma

Na entrevista a seguir, o diretor de Honorários da ADVOCEF, Gryecos Loureiro, relata as suas impressões sobre a greve e conta histórias dos bastidores. Gryecos comenta também a sua nomeação para uma gerência operacional na GEAJU, ocorrida recentemente.

ADVOCEF EM REVISTA - Como avalia hoje os 50 dias de greve?

GRYECOS LOUREIRO - Os 50 dias foram um marco histórico e a solidez do movimento surpreendeu a todos nós. Defendo, desde o Congresso de Belém, em 2006, que a categoria seria capaz de realizar greve e, por muitas vezes, recebi o descrédito como resposta. Até dias antes da paralisação definitiva, muitos colegas advogados garantiam que não teríamos a "coragem" de instaurar a greve e de permanecer paralisados. Ganhei até duas ou três apostas com advogados e engenheiros... Considero que a principal conquista foi a quebra do paradigma "advogado não faz greve". De agora em diante, quando a carreira profissional negociar perante a CAIXA, os colegas que representam nossa empregadora saberão que estão diante de um grupo sólido, com efetivo poder de negociação, já que legitimamente organizados e prontos para o eterno embate "capital x trabalho".

Outra conquista de relevo foi a aproximação com a ANEAC, que possibilitou uma maior integração entre profissionais e, principalmente, nos possibilitou conhecer as bandeiras e os anseios daqueles colegas que, em algumas oportunidades, se confundem com os nossos, o que é indicativo de futuras lutas em conjunto. Tivemos a oportunidade de assistir ao democrático processo de mudança de diretoria da ANEAC, o que nos possibilitou conhecer vários colegas engenheiros, todos engajados com as lutas da categoria.

A maior frustração, com certeza, é não termos conseguido resolver "todos os problemas" da categoria. Nunca imaginamos que seria possível resolver tudo de uma única vez, mas a esperança sempre esteve presente. Fica para a próxima, pois setembro já está chegando.

ADVOCEF - Como integrante do Comando, faria tudo de novo?

GRYECOS - No âmbito pessoal, certamente teria me ausentado de alguns com-



Gryecos: Habermas, a democracia e o "assembleísmo"

promissos, possibilitando uma melhor recarga de energias. Ter sido a única pessoa que esteve presente em todos os momentos, só não estando em todos os compromissos pela coincidência de algumas agendas, me consumiu demais, física e psicologicamente. Acredito que o estresse sempre prejudica o desempenho e, portanto, acredito que deveria ter descansado ao menos um pouco.

No que tange à estratégia, considero que o contato com os comandos estaduais poderia ter sido utilizado de forma mais eficaz, ficando mais fluida a comunicação entre a base e o comando central. Acho que alguns problemas teriam sido evitados. A alteração da pauta que havia sido decidida em Congresso, através de uma AGE solicitada pela base, tumultuou demais a negociação e foi prova cabal de que não se deve mudar as regras do jogo no meio da partida. Não restam dúvidas de que os advogados da CAIXA devam buscar a mesma valorização dos advogados públicos. Da forma como ocorreu, entretanto, teve o único mérito de enfraquecer nosso discurso, de nos diminuir e até mesmo de nos ridicularizar em algumas esferas de poder/governo.

Ainda no âmbito estratégico, acredito que o fórum de discussão de nosso site precisa ser repensado. A manifestação livre de ideias sempre deve ser o norte de nossa Associação. Tenho convicção que espaços como o nosso Fórum devem ser sempre estimulados. Por outro lado, algumas das manifestações nele lançadas foram utiliza-

das pela CAIXA, por mais de uma vez, para questionar a legitimidade dos membros do Comando Nacional, sobremaneira quanto a similitude entre nosso discurso e o interesse da base.

Esses problemas, entretanto, não são exclusivos de nosso movimento. Sindicatas de larga experiência foram unânimes em nos dizer que a comunicação com a base e sua efetiva representação são os maiores desafios dos movimentos associativos.

ADVOCEF - Quais os momentos mais difíceis e os mais importantes da negociação?

GRYECOS - O mais difícil, indiscutivelmente, foi tomar a decisão quanto a estratégia jurídica, após o ajuizamento do dissídio, por parte da CAIXA. As sugestões e teses dos associados foram muitas e todas sempre razoáveis e juridicamente possíveis. Entretanto, não raras vezes foram antagônicas, o que nos obrigou a tomar uma decisão. O Bruno sempre foi nosso especialista em questões trabalhistas e mais especialista ainda nas questões trabalhistas da CAIXA. Mesmo ele, contudo, não estava absolutamente confortável naquele momento e travou belo debate técnico com os maiores advogados do país em sede de TST. Foi uma oportunidade muita rica profissionalmente. Muito tensa, contudo.

O mais importante, na minha avaliação, foram as diversas reuniões que tivemos até decidir que era chegada a hora de recomendar a aceitação da proposta. Apesar de já termos deixado claro que a ida ao TST não era uma possibilidade sequer razoável, havia a avaliação de muitos colegas de que aquele poderia ser o melhor caminho. Respeitávamos a análise destes colegas e, por isso, as reuniões foram todas longas e nos consumiram em demasia.

ADVOCEF - Como recebe as críticas contra o resultado da negociação?

GRYECOS - Recebo com muita felicidade. Repudio toda e qualquer obviedade e desprezo qualquer certeza absoluta. Se a avaliação da base fosse unânime, certamente estaríamos errados e certamente seríamos uma categoria menor. Durante a greve lia o Fórum de nosso site várias vezes ao dia e estava em constante contato com diversos colegas, de diversos estados. A criti-

ca é o que nos melhora e mesmo quando equivocada tem seu valor.

ADVOCEF - Como recebeu o convite para o cargo de gerente operacional da GEAJU e como avalia as críticas?

GRYECOS - O convite foi recebido com muita tranquilidade e o foi bem no meio da greve. Minha resposta foi muito direta, pois eu entendia que não havia espaço para este tipo de conversa naquele momento. Somente quando a CAIXA encerrou as negociações é que fui novamente contatado e só então passei a avaliar os prós e os contras de eventual decisão de aceitação. O ponto a ser discutido sempre foi a "oportunidade do momento". Concordo com todos que acham que o momento era inoportuno. Eu acho isso até hoje. Não há dúvida quanto a este fato. O problema é que eu não vejo como conciliar a "oportunidade do momento" com o "momento do convite". À época conversei com todos os colegas de Comando Nacional, Bruno, Carlos Castro, Anna Cláudia e Davi, bem como com o colega Frederico Nascimento, da ANEAC. Conversei desde quando recebi o convite e disse que não me manifestaria

até o final do movimento. Estou em paz com minha consciência e tenho convicção de que meus anos de doação à ADVOCEF e às questões dos advogados da CAIXA, em conjunto com meu caráter, são as respostas para algumas das críticas pessoais e desmedidas que li aqui e acolá.

Quanto à manutenção de minha participação na ADVOCEF, consultei formalmente toda a Diretoria Executiva, o Conselho Deliberativo e até mesmo o Conselho Fiscal, formalizando minha intenção de me afastar da Associação. As opiniões não foram unânimes (graças a Deus), mas fui incisivamente chamado à responsabilidade pelo hercúleo trabalho na Diretoria de Honorários, já que minha saída iria sobrecarregar os demais colegas.

Tenho a convicção de que a ADVOCEF precisa, demais, de qualquer colega associado que queira trabalhar, botar a mão na massa. Há questões estatutárias que também ainda não foram trabalhadas sobre, por exemplo, como nomear outro diretor, considerando que a eleição foi feita por chapa fechada. Sugeriria, sem nenhuma ironia, que

voluntários mandassem mensagens para o Dr. Davi, se oferecendo para assumir o cargo na Diretoria de Honorários.

ADVOCEF - Quer comentar algo mais?

GRYECOS - O momento é de reflexão para todos os associados. Só o tempo apontará, com melhores elementos, os ajustes necessários para que nossa categoria chegue ao seu lugar de direito e merecimento no cenário da advocacia pública brasileira. Pontuo meu total desalento com o "assembleísmo" que vem tomando conta de alguns associados. Considero que qualquer organismo que se pretenda regular por democracia participativa deva estar plenamente estruturado para tanto. Mesmo Habermas, ao defender a efetiva participação democrática, fala em "procedimento", deixando claro que somente a partir desta sistematização a democracia participativa seria viável. Nosso modelo é representativo e, portanto, e salvo em questões de relevância ímpar, a participação dos associados deverá ser através de seus delegados, legitimamente eleitos para participarem de nosso Congresso anual.



| Flávia:
cordialidade
para a única
grevista

Muito trabalho acumulado e uma recepção amistosa esperaram os advogados na volta ao trabalho. Nas unidades jurídicas, a cordialidade de gestores e colegas não grevistas passou a impressão geral de que não haverá retaliações.

No JURIR/São Paulo, devido aos poucos grevistas e pelo ambiente heterogêneo, cada um enfrentou realidades distintas no retorno. "Fomos parabenizados por alguns, outros acharam que conseguimos pouco e muitos nos foram indiferentes", resume Daniele Macedo.

O retorno às unidades

Flávia Karrer diz que o ambiente na REJUR/São José dos Campos é de cordialidade e parceria, apesar de ter sido a única grevista. Ela não espera retaliação. "Ao contrário, acredito que todos saímos fortalecidos do movimento, grevistas e não grevistas."

Dione Lima da Silva, do JURIR/Porto Alegre, também não acredita em retaliação, "pois nossa mobilização era legítima e compreendia todos, inclusive os que dela não participaram".

É o que diz Altair Rodrigues de Paula: na REJUR/Londrina, independente da adesão à greve, os colegas voltaram mais unidos ainda.

Hamilton de Resende diz que o ambiente no JURIR/Belo Horizonte continua muito bom.

Volta das férias

O mesmo não acontece no JURIR/Brasília, conta João Aboud. "Temos trabalhado até às 22 ou 23 horas, o que nos afasta das famílias, do lazer, dos esportes, da leitura, e afeta nossas saúdes,

dentre outras mazelas." A propósito, lembra que há necessidade de mais advogados na CAIXA. Mesmo assim, a recepção na unidade foi a melhor possível, diz ele. "Os coordenadores nos receberam sem ressalvas, como se estivessemos voltando de férias ou licenças médicas."

"Nesse ponto, os gestores merecem parabéns pela condução ética da greve", comenta Dioclecio de Melo Neto. A ansiedade, no JURIR/Maceió, fica por conta do que acontecerá em setembro.

Alfredo Briltes diz que não houve também qualquer problema na volta dos grevistas do JURIR/Campo Grande. Mas acha que houve retaliação, por parte da CAIXA, ao mudar o normativo que trata do controle de jornada. "Salvo engano, estávamos na condição de 'empregados isentos de registro de ponto' e passamos a ser considerados 'empregados com registro de ponto opcional', o que fez com que a compensação de horas da greve seja submetida a controle de jornada no Sipun".

Mudança de postura

O segundo-secretário da ADVOCEF, José Carlos Pinotti Filho, avalia que a greve dos profissionais da CAIXA obteve conquistas importantes e acredita que outras serão obtidas, e não apenas referentes a salários. O advogado, que trabalha na REJUR/Londrina, enaltece o início do movimento, marcado por muito companheirismo, e lamenta os momentos finais, pelo motivo inverso. Na entrevista, prega que se busque melhorar a qualidade no ambiente de trabalho, processo que, na sua opinião, deve envolver desde os advogados até o diretor jurídico.

Leia os principais trechos, a seguir.

Novas lutas virão

"A greve foi um momento de união da nossa categoria e trouxe importantes conquistas. Não conseguimos tudo o que almejávamos, mas seria tolice esperar isso em uma primeira greve. Outras carreiras tiveram três ou quatro greves e batalharam por anos até iniciarem um processo de valorização e reivindicação constante.

Não temos que almejar apenas melhores salários, temos que também lutar por melhores condições e ambientes de trabalho, reconhecimento de nossas atividades e seu impacto na CAIXA, diminuições nos acervos por advogado, investimentos em cursos, maior quantitativo de auxiliares e estagiários, bandeiras que sempre foram levantadas pela ADVOCEF. Acredito que estas lutas continuarão e faremos novas greves quando necessário."

Momentos importantes

"O primeiro dia de greve foi muito marcante, talvez pela sensação boa de termos conseguido uma adesão maciça logo no início, pelo companheirismo e o ineditismo da situação.

O final também foi muito marcante, mas pelos motivos inversos. O clima de desapontamento e desconfiança foi muito grande, o que é lamentável. As expectativas talvez estivessem em um patamar muito alto e a perspectiva de nos contentarmos com menos iniciou uma avalan-

che de protestos sendo que muitos ficaram longe de serem construtivos.

Devemos lembrar que todos somos responsáveis pelo rumo de nossa Associação (ainda mais em um ambiente de greve, onde todas as decisões eram submetidas a voto). O presidente e a Diretoria são eleitos por maioria, e isto dentro de um processo democrático significa que devemos respeitar os rumos impostos por esta maioria. O dissenso constru-



tivo deve ser sempre bem-vindo, mas o respeito também é importante quando uma eventual opção não nos agrada.

Uma categoria, que iniciou e participou de um movimento exemplar, um grupo tão coeso, não pode sair de uma greve desunida. As arestas devem ser aparadas e devemos continuar lutando para que tenhamos uma Associação forte e representativa."

Situação pós-greve

"Um tsunami de processos seria a imagem que melhor descreveria a situação na REJUR/Londrina. Ao menos no Paraná, a

Justiça Federal e o TRT durante a greve diminuíram ou cessaram o envio de processos, salvo os urgentes. Assim, temos muito serviço pela frente, pois existe um passivo grande de citações e intimações agora sendo enviadas para a CAIXA."

Necessidade de mudança

"A CAIXA e nós, seus empregados, juntos devemos buscar melhorar a qualidade em nosso ambiente de trabalho. Melhorar o entrosamento e a sinergia entre nossos colegas gerentes, coordenadores e os advogados, buscando a valorização do quadro profissional. Existe uma necessidade de mudança de postura dentro dos

Jurídicos, por parte de todos.

Nem toda reivindicação deve significar necessariamente uma luta ou um embate, ou ainda necessitar da intervenção da ADVOCEF. Um ambiente harmonioso melhora sensivelmente os efeitos da carga de trabalho a que somos submetidos.

Devemos buscar o diálogo sempre e, por outro lado, ter a certeza de que este norte

é seguido cadeia de comando acima, chegando ao diretor jurídico se necessário, para que este tenha uma ideia exata do que nos incomoda, do sentimento preponderante de sua equipe de trabalho e também de nossa eficiência, passando a fazer parte da política dos Jurídicos uma melhora nos canais de comunicação e o compartilhamento de experiências não apenas jurídicas, mas de gestão e, por que não, pessoais. Acredito que diversos grandes problemas, que se iniciaram como pequenos desentendimentos e equívocos na interpretação da intenção ou necessidade da nossa Empresa, seriam facilmente resolvidos.

A área comercial da CAIXA tem adotado esta postura, ao que me parece com mais sucesso. A melhora de comunicação entre os empregados e as superintendências trouxe inúmeros benefícios para os funcionários e refletiu também no desempenho das agências."

Rotina nova

O cotidiano transformado dos advogados durante o movimento

De repente, prazos e demandas jurídicas da CAIXA foram deixados de lado e prioridades inusitadas - assembleias sindicais, manifestações de rua - foram assumidas pelos advogados da CAIXA.

A rotina mudou, por exemplo - e muito -, para o advogado Marcelo Dutra Victor, do JURIR/Belo Horizonte. A partir do início da paralisação, em 28 de abril, ele não ia mais pela manhã ao Jurídico, de onde voltava ao final da tarde. Como boa parte dos colegas em greve, permanecia quase todo o tempo ligado no Fórum do site da ADVOCEF, colhendo e repassando informações.

Fora disso, havia os contatos com o Comando Nacional e com os companheiros de outros Estados, participações em mobilizações e assembleias. Diante de um cansaço grande, Marcelo e companheiros se inspiravam na vontade coletiva de luta, encontrando "novas energias para nunca desistir".

Nesse novo cotidiano, André Justi, do JURIR/Fortaleza, centrou o foco nas reuniões, assembleias e demais eventos do movimento. À frente do Comando Estadual de Mobilização (CEM) em Fortaleza, fez visitas institucionais (OAB, Superintendências e deputados) e cuidou dos contatos com o Comando Nacional.



| Helena: contato diário com os companheiros



| Carlos de Araújo, na Marcha a Brasília: um marco na greve

Para Carlos Roberto de Araújo, do JURIR/Natal, a preocupação diária com os prazos do Sidap foi substituída pela preocupação de manter os colegas bem informados e mobilizados. Também integrante do CEM, tinha como principais tarefas dirigir as assembleias, repassar as informações ao Comando Nacional, dar entrevistas e, com os colegas, buscar apoios institucionais.

Helena Discini Silveira, do JURIR/Belo Horizonte, procurava notícias na internet e se encontrava diariamente com os companheiros e representantes do Sindicato dos Bancários. Com os debates, teve a oportunidade de conhecer as particularidades dos profissionais oriundos dos vários planos de cargos e salários da CAIXA. Mandou confeccionar a faixa do movimento, espalhou fotos e e-mails com relatos do movimento e encaminhou as questões que apareciam à ADVOCEF.

Grudados no computador

Segundo Octavio Caio Couto e Silva, do JURIR/Rio de Janeiro, no início não houve grandes mudanças para os advogados cariocas, que diariamente se diri-

giam à porta do trabalho para realizar um "piquete moral". Consolidada a mobilização, Octavio e companheiros passaram a acompanhar as notícias, trocar informações, comparecer às assembleias e se manter de prontidão para as tarefas que surgissem.

Para Rozana Rezen-de Silva, do JURIR/Belo Horizonte, as atividades profissionais diárias também foram substituídas por reuniões, mobilizações, assembleias, "onde estivemos mais unidos do que nunca, intensificando, inclusive, os nossos laços de amizade e

companheirismo". Rozana diz que não desgrudaram do computador, acessando e-mails e os sites da ADVOCEF e do TST.

Rozana participou de um grupo que fazia contatos com a imprensa e de outro que procurou dialogar com os profissionais da área de saúde que não aderiram à greve. "Foi possível entender e respeitar a decisão daqueles colegas, que estão inseridos em um contexto um pouco diferente do dos advogados e engenheiros."

Na nova rotina, Silvio Padilha, também de Minas Gerais, aproveitou principalmente as conversas com os colegas da carreira profissional. A greve serviu para que já possa ir imaginando como será a vida fora da CAIXA. "Isto porque, como já me aposentei pelo INSS e estou me preparando para me desligar da Empresa possivelmente nos próximos anos, tive a oportunidade de vivenciar um pouco essa circunstância."

Ficou evidente para ele também que disciplina é muito importante para o melhor aproveitamento do tempo. "Sem uma rotina mínima sequer, ficamos perdidos e o tempo se vai."

No Senado Federal

Advogado da CAIXA busca novas perspectivas em Brasília

Após sete anos na CAIXA, e depois de trocar o Jurídico de Porto Alegre pelo do Rio de Janeiro, o advogado Éder Maurício Pezzi López está de mudança outra vez. Transferiu-se agora para Brasília, após passar num concurso para o Senado Federal no final de 2008. "Estava na hora de mudar um pouco de ares, de matérias, e buscar novos desafios. É claro que o salário pesou também", explicou o advogado. Na CAIXA estava quase no final da carreira, e no Senado entra no princípio, com mais perspectivas e uma remuneração em torno de R\$ 12.400.

No Rio de Janeiro, que é muito maior que Porto Alegre, encontrou dificuldades no início, mas depois a cidade se mostrou boa para morar, trabalhar e estudar. A mudança para Brasília, assim, ficou mais fácil, pois a cidade é menor e mais organizada, "e acho que o povo é mais acostumado com gente de fora". A única coisa que não gosta lá é que precisa de carro para tudo, devido às distâncias grandes e ao transporte público precário.

No Senado, Éder no momento produz pareceres, na área administrativa, e informações em ADIs e mandados de injunção, na



Foto: Adriana Spilki

Éder: na CAIXA, aprendeu sobre o Direito e a vida

área judicial. A atividade inclui assessoramento em CPIs e comissões parlamentares.

A instabilidade institucional vivida pela instituição, que está na mira da imprensa, não chega a afetar diretamente a advocacia, diz Éder. "O atual advogado-geral é uma pessoa que tem grande capacidade técnica e muita habilidade para evitar que questões políticas possam interferir no trabalho dos advogados."

Amigos e mestres

Éder foi nomeado no meio da greve da CAIXA, tornando difícil a sua saída, pois não havia definição a respeito dos dias parados, nem de salário. Acabou usando todas as APIPs para abonar os dias não trabalhados.

Diz que jamais esquecerá o movimento grevista, pois pôde ver a união dos colegas e a "sábia decisão" ao aceitarem a proposta final. "A meu ver, foi uma vitória para os advogados e para a CAIXA, que certamente terá profissionais mais reconhecidos e satisfeitos."

Diz que a experiência na Empresa foi importante para a sua carreira, pois trabalhou em várias áreas e com diversos colegas, aprendendo muito sobre o Direito e a vida. Diz que só tem agradecimentos, pelo carinho e pela amizade. "Sinceramente, não me sinto saindo da CAIXA, pois deixo verdadeiros companheiros de caminhada, além de grandes amigos e mestres." Para não fazer uma lista grande, agradece "nas pessoas do Dr. Kafruni e da Dra. Cíntia, gerentes que, mais do que excelentes gestores, foram amigos sinceros com quem sempre pude contar".

Cronista dos mais competentes, Éder começou a publicar seus textos bem-humorados ainda no Boletim da ADVOCEF, antecessor desta Revista. Se não for vetado pela Redação, brinca, pretende continuar a publicar. "Lamento decepcionar os leitores que pensaram que se livrariam de mim."

Música

Arte na advocacia

A harmonia que existe nas atividades de advogado e de músico

O advogado-instrumentista Lidinei Rodrigues de Melo Etzeyt apresentou-se em 20 de junho na segunda edição do projeto Advogar com Arte, que acontece mensalmente em São Luís, no Maranhão. Lidinei, que executa flauta transversal, clarinete e saxofone soprano e contralto, apresentou os números "Eu sei que vou de amar", de Tom Jobim, "Carinhoso", de Pixinguinha, e "Aquarela do Brasil", de Ary Barroso.

Fora das horas vagas, o músico é advogado do JURIR/São Luís, desde 2006. Aos 43 anos, convive harmoniosamente com as duas atividades. "Entendo que ad-

vocacia e música mantêm uma relação simbiótica, seja porque ambas não prescindem de sensibilidade, seja porque são vertentes de um mesmo tronco: a arte."

O advogado-músico toca desde 1979. Tem os cursos Musicalização pelo Método Kodali e História da Música e Música Popular Brasileira, pela Escola de Música Santa Cecília, em Caxias, no Maranhão. Admira Pixinguinha, Ary Barroso (compositor e jurista), Tom Jobim e Patativa do Assaré. Alinha também, entre seus compositores preferidos na MPB, Caetano Veloso, Djavan e Jorge Vercilo. Entre os clássicos, gosta de Mozart, Bach, Tchaikovsky e Chopin.



Lidinei: a simbiose que vem da arte

Costuma se apresentar acompanhado pelo guitarrista profissional Jair Torres, que é também professor de violão, canto e execução de instrumentos de corda da Escola de Música do Estado do Maranhão.

O projeto Advogar com Arte - do candidato a presidente da OAB do Maranhão, Mário Macieira - estreou em maio, quando lá se apresentou a Banda Terrassus, formada só por advogados. Na bateria, o advogado Rogério Dias, outro representante do JURIR/São Luís.

Ela

É intrigante por que determinados assuntos somente aparecem em alguma idade específica, ou a partir de. Nosso correr dos anos determina que algumas preocupações nasçam e se tornem recorrentes. Tenho cinquenta anos e alguns meses. E imaginem só o que veio bater à minha porta. Não exatamente à porta porque seria já uma fatalidade. Mas, surgiu uma preocupação necessária a partir desta idade. É! Dizer cinquenta anos, quando a média de vida do ser humano hoje em dia quase chega aos oitenta, não parece muito. Mas experimente dizer: "Tenho meio século". Só escutam os o "século" e já imaginamos um sujeito caquético, pleno de rugas, amassado, "descanchelado", como dizia Geraldinho, o grande contador de causos goiano. Pois é!! Tenho pouco mais de meio século. E o pensamento que está a me perseguir é... é, amigos! É a morte! Tétrico, não!? No entanto é a coisa mais real, mais verdadeira e mais certa na nossa vida. E vejam só! Quem foi que morreu por esses dias com cinquenta anos? O grande Mick Jagger. Ah, não!!! Desculpem! O Mike Jackson! Os nomes são parecidos. Pois é! Mas o que me forçou a encarar a ideia da morte? (Só ideia porque a morte quero longe.) Vamos lá! Num dia desses, sem mais nem menos, quando me virei repentinamente depois de ter chamado um oficial de justiça para atendê-lo, dei uma tremenda testada na quina de uma coluna que fica no meu gabinete, que, no dizer dos gozadores de plantão, foi caco de chifre para todo lado. Resumindo: supercilio arreventado, um mandado de citação ensanguentado, uma costura de quatro pontos e uma interrogação. E se eu tivesse morrido? Quanto a mim, sem problemas. De algu-

Francisco Spisla (*)

ma forma a morte me intriga, e isto não tem nenhuma conotação de instinto suicida. Mas, e os que ficam? Não temos a cultura do testamento como os americanos, mesmo porque não podemos dispor de tudo como queremos conforme nossa legislação. Falo das coisas simples. O que realmente tenho? Meus bens estão registrados, como estão os seguros de vida, do carro, da casa? A quem se dirigir para requerer a cobertura? Como requerer pensão? Que valores podem ser levantados? Onde? Etc. Etc. Etc.



Pequenas coisas que às vezes causam um transtorno enorme para a esposa, para os filhos, para os pais que não conhecem inúmeras coisas do nosso dia a dia. Como a gente não sabe o dia da morte, ou mesmo quanto tempo ainda ficaremos, não tomamos o cuidado de deixar coisas óbvias preparadas ou resolvidas. Como não temos o privilégio de saber o dia, ficamos meio desleixados. É claro que há os certinhos e pragmáticos. Mas não falo desses. Falo de mim e muitos como eu.

Pouco antes escrevi *privilégio*. Pode parecer uma palavra despropositada para a situação e até irônica. Pensei muito a respeito. É dolorido, angustiante e desesperador, mas aqueles que sabem que vão morrer, e percebem nessas situações oportunidade de deixar um legado intelectual, espiritual e humanista, com certeza de alguma forma mitigam sua dor. E lembro, a propósito, do professor Randy Pausch, que preparou sua última palestra, transformada em livro, "A Lição Final". Ele sabia que ia morrer e, tendo filhos ainda pequenos, procurou deixar um legado útil e valioso.

Desviei-me um pouco da ideia inicial, mas já a estou retomando. Precisamos estar preparados. Não só para aquelas providências que elenquei acima, do bem. Mas também para outras que podem queimar seu filme perante os que aqui ficam. Então, livre-se dos bilhetinhos e cartas da amante. Joga fora, rasgando bem, é claro, aquelas fotos de você pelado que tirou do espelho num rompante narcisista. Dê um fim naquelas revistas de pornografia. Enfim, não deixe rastro de suas manias estranhas, esdrúxulas.

Viram o que a morte pode provocar, se estiver preparado? Pode transformá-lo num santo, que na verdade a gente acaba sendo se encarar o esqueleto encapuzado com a gadanha na mão com preparo e até bom humor dizendo: "Pode me levar, estou pronto. Não deixei nada pendente".

Talvez essa enrolação em deixar pendente o esclarecimento das coisas que serão importantes após a minha morte tenha a ver com a esperança de que ela ainda demore a me encontrar, porque já está me procurando, isso está. Já recebi o recado. No entanto, nesse momento a única morte que permito me pegar é a *petite mort*, ainda.

(*) Advogado da CAIXA em Londrina/PR.

Nesta edição

Na greve, a categoria
conheceu a própria força

03

06



"A CAIXA não mais nos subestimarà",
diz o presidente da ADVOCEF

06 a 09
e
14 a 16

Advogados revelam os principais
momentos da negociação

A nova rotina assumida pelos
advogados no movimento

17

18

A harmonia que existe na
advocacia e na música

